Questões Objetivas

1) Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro e quanto aos Poderes Executivo e Legislativo, marque a alternativa correta.
a) Se o presidente da República atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais estará praticando ato que caracteriza crime de responsabilidade.
b) Matéria referente a nacionalidade e a cidadania pode ser objeto de lei delegada.
c) O Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo, a este Poder se subordinando, ao qual incumbe a prática de atos de natureza administrativa concernentes à fiscalização contábil, financeira,orçamentária, operacional e patrimonial da União.
d) Constitui competência concorrente entre União, estados e Distrito Federal legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

2) A decisão que julgar improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é:
a) irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.
b) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.
c) recorrível por agravo regimental ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.
d) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, podendo ser objeto de ação rescisória.

3) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser propostas:
a) até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
b) até dois anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
c) até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
d) até dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

4) As constituições imutáveis são aquelas que não comportam modificação de nenhuma espécie, enquanto as rígidas exigem um processo de alteração mais rigoroso do que aquele previsto para a legislação infraconstitucional. A Constituição de 1988 é considerada super rígida, isto é, ela possui uma parte imutável e uma parte rígida. Para que se altere a CRFB de 1988 na sua parte rígida, é necessário que:
a) haja proposta de emenda por, no mínimo, metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
b) a proposta de emenda seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
c) a proposta de emenda seja aprovada em pelo menos uma das casas, por três quintos dos votos.
d) a emenda seja promulgada pelo Senado Federal, que detém competência privativa para tanto.

5) Em análise aos princípios de interpretação das normas constitucionais, é incorreto afirmar que:
a) O princípio da interpretação conforme a Constituição deverá ser utilizado para compatibilizar com o texto constitucional aquelas normas que possuem sentido unívoco.
b) Em razão do princípio da eficiência, deve ser atribuída a uma norma constitucional o sentido que lhe confira maior eficácia social.
c) O princípio da unidade da Constituição estabelece que o intérprete deverá considerar o texto constitucional como um todo, um sistema unitário de regras e princípios, para evitar contradições.
d) É inadmissível qualquer interpretação que venha alterar ou subverter a organização funcional constitucionalmente estabelecida pelo Constituinte Originário, em virtude do princípio da Justeza.

6) No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto que:
a) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização.
b) aos autores pertence o direito exclusivo de reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
c) é livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, independentemente das qualificações legais.
d) as reuniões pacíficas, sem armas, em locais abertos ao público sempre dependem de autorização do órgão competente.

7) Acerca dos poderes e deveres do administrador público, é correto afirmar que:
a) o dever de prestar contas aplica-se apenas aos ocupantes de cargos eletivos e aos agentes da administração direta que tenham sob sua guarda bens ou valores públicos.
b) o agente público, mesmo quando despido da função ou fora do exercício do cargo, pode usar da autoridade pública para sobrepor-se aos demais cidadãos.
c) o poder tem, para o agente público, o significado de dever para com a comunidade e para com os indivíduos, no sentido de que quem o detém está sempre na obrigação de exercitá-lo.
d) o dever de eficiência exige que o administrador público, no desempenho de suas atividades, atue com ética, honestidade e boa-fé.

8) O mandado de segurança, como instrumento de controle judicial da Administração, tem cabimento, dentre outras hipóteses, contra:
a) coisa julgada, pois é remédio constitucional para assegurar direito líquido e certo.
b) lei em tese, inclusive decretos, regulamentos, instruções normativas ou atos equivalentes.
c) ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, mesmo que o interessado o tenha interposto.
d) atos ou condutas ilegais atribuídas ao Poder Público ou a agentes de pessoas jurídicas privadas, no exercício de função delegada.

9) Segundo a Lei nº 8.666/1993, é hipótese de inexigibilidade de licitação a:
a) contratação de serviços técnicos de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
b) contratação, em regra, de serviços de publicidade e divulgação.
c) celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.
d) contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

10) O ato administrativo submete-se a regime jurídico de direito público e sujeita-se ao controle pelo Poder Judiciário. Nesse sentido:
a) a imperatividade é atributo que não alcança todos os atos administrativos, já que os atos meramente enunciativos ou os que conferem direitos solicitados pelos administrados não ostentam referido atributo.
b) o atributo da auto executoriedade importa a presunção, até prova em contrário, de que os atos administrativos foram emitidos em consonância com a lei.
c) a discricionariedade no âmbito da administração pública alcança todos os elementos ou requisitos do ato administrativo.
d) a revogação é ato administrativo vinculado por intermédio do qual a administração pública extingue um ato incompatível com as disposições legais.

11) Considerando que há verdadeira relação de coordenação e de subordinação entre os órgãos integrantes da administração pública, não constitui decorrência do poder hierárquico:
a) a possibilidade de dar ordens aos subordinados.
b) o controle da atividade de órgãos inferiores para exame quanto à legalidade de atos e ao cumprimento de obrigações.
c) a possibilidade de avocação de atribuições não exclusivas do órgão subordinado.
d) a limitação ao exercício de direitos individuais em benefício do interesse público.

12) As chamadas Agências Reguladoras:
a) integram a administração direta, vinculadas que estão a órgãos do Poder Executivo.
b) poderão constituir-se como autarquias ou fundações, públicas ou privadas.
c) têm natureza jurídica de autarquias.
d) integram o chamado Terceiro Setor, assumindo atividades de interesse público.

13) A tomada de preços, no sentido técnico adotado pela legislação pátria, é:
a) um tipo de licitação para contratações, até determinado valor, que varia de acordo com o objeto da contratação (se obras ou serviços de engenharia, ou compras e demais serviços).
b) um levantamento prévio de preços, feito pela Administração, com o objetivo de constituir o Sistema de Registro de Preços.
c) um tipo de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
d) uma modalidade de licitação, da qual podem participar apenas interessados previamente cadastrados, ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas.

14) Se uma pessoa, que participava de operações bélicas, não for encontrada até dois anos após o término da guerra, configurada está a:
a) declaração judicial de morte presumida, sem decretação de ausência.
b) comoriência.
c) morte civil.
d) morte presumida pela declaração judicial de ausência.

15) A doação de um apartamento a João, jogador de futebol, se ele tiver bom desempenho no Campeonato Brasileiro de 2011, é negócio jurídico, que contém condição:
a) simplesmente potestativa.
b) resolutiva.
c) ilícita.
d) perplexa.

16) De acordo com o Código Civil brasileiro é correto afirmar que:
a) se considera imóvel, para os efeitos legais, o usufruto sobre um bem móvel.
b) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem, em regra, as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei ou da manifestação de vontade das partes.
c) um complexo de relações jurídicas dotadas de valor econômico pertencente a uma pessoa, pode constituir-se em uma universalidade de fato ou em uma universalidade de direito.
d) somente os bens não fungíveis podem ser objeto de um contrato de comodato.

17) Tendo em vista as disposições gerais do Código Civil sobre os contratos, é correto afirmar que:
a) a *exceptio non adimpleti contractus* somente pode ser invocada nos contratos bilaterais, mas a cláusula resolutiva tácita é aplicável tanto nos bilaterais quanto nos unilaterais;
b) a evicção restringe-se ao campo dos contratos comutativos, mas os vícios redibitórios podem apresentar-se tanto nos comutativos quanto nos aleatórios;
c) nem todo contrato oneroso é bilateral, mas todo contrato unilateral é gratuito;
d) os contratos comutativos e os aleatórios são sempre onerosos.

18) Considerando os dispositivos do Código Civil em vigor sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta:
a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, sendo tal ato irrevogável.
c) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
d) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

19). Em tema de responsabilidade civil, é correto afirmar que a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça orienta que:
a) depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais;
b) a simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral, sendo necessária a prova do prejuízo sofrido pelo correntista;
c) é lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral;
d) não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.

20) Sobre a intervenção de terceiros, de acordo com o Código de Processo Civil, é certo que
a) cabendo ao juiz decidir simultaneamente a oposição e a ação, desta conhecerá em primeiro lugar.
b) a oposição poderá ser oferecida contra o autor e o réu até o trânsito em julgado da lide.
c) a citação do denunciado no caso de denunciação da lide será requerida no prazo para contestação pelo réu, não sendo cabível a denunciação da lide pelo autor.
d) o réu deverá requerer a nomeação à autoria no prazo para defesa e, no caso de deferimento do pedido, o juiz suspenderá o processo e mandará ouvir o autor no prazo de cinco dias.

21) Em matéria de antecipação de tutela, segundo o regime do Código de Processo Civil, é correto afirmar que :
a) o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela principal requerida na inicial quando houver manifesto propósito protelatório do réu.
b) a concessão antecipada da tutela, por ser satisfativa, encerra o processo.
c) o juiz poderá cominar pena pecuniária, de ofício ou a requerimento da parte, quando do deferimento de antecipação de tutela que impõe obrigação de fazer.
d) o perigo de irreversibilidade do provimento não justifica o indeferimento da antecipação de tutela.

22) Quanto ao regime da nulidade dos atos processuais civis, assinale a afirmativa correta.
a) Segundo o princípio da celeridade e da lealdade processual poderá, sempre, qualquer das partes no processo arguir a nulidade de ato processual.
b) A nulidade absoluta causadora de prejuízo deve ser arguida na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.
c) Segundo o princípio da instrumentalidade das formas, o ato será considerado válido se alcançar sua finalidade, ainda que a lei prescreva determinada forma com cominação de nulidade.
d) O juiz declarará a nulidade quando constatar a falta de intimação do Ministério Público em processo em que deva intervir, como fiscal da lei.

23) Acerca dos prazos processuais é correto afirmar:
a) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo peremptório; mas é defeso reduzir ou prorrogar os prazos dilatórios.
b) se computa em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
c) se o vencimento de prazo ocorrer em dia em que houver encerramento do expediente forense antes da hora normal, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte.
d) os prazos processuais são irrenunciáveis.

24) Assinale a alternativa correta.
a) A coisa julgada material atinge toda a sentença.
b) Somente a parte dispositiva da sentença é alcançada pela coisa julgada material.
c) A fundamentação, requisito essencial, por sua relevância à determinação do dispositivo da sentença, também se recobre da qualidade da *res judicata*.
d) A qualidade da coisa julgada alcança todas as questões prejudiciais decididas incidentalmente no processo.

25) São elementos de uma ação:
a) as partes, o pedido e a causa de pedir.
b) a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a qualidade para agir.
c) as partes, a causa de pedir e o interesse de agir.
d) a possibilidade jurídica do pedido, a causa de pedir e a qualidade para agir.

26) A intervenção do Ministério Público, no incidente de uniformização da jurisprudência, é:
a) facultativa, a critério do Ministério Público quando vislumbra interesse público na causa.
b) obrigatória, em todos os casos.
c) obrigatória, somente quando o Ministério Público suscitar o incidente.
d) obrigatória, se houver interesse de incapaz na causa.

27) Assinale a alternativa correta.
a) Qualquer dos colegitimados à ação civil pública, através de seus organismos administrativos, pode instaurar o inquérito civil.
b) O inquérito civil é indispensável à propositura da ação civil pública.
c) O inquérito civil só pode ser instaurado e presidido por membro do Ministério Público.
d) O inquérito civil deverá obedecer ao princípio do contraditório, constitucionalmente assegurado.

28) Com relação ao disposto na Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9099/95), é correto afirmar que:
a) essa lei aplica-se a todos os tipos de crimes cometidos após Janeiro de 1995.
b) o processo perante o Juizado Especial objetiva, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima.
c) essa legislação tem aplicação só no âmbito da Justiça Estadual.
d) o instituto da transação penal pode ser concedido pelo Juiz sem a anuência do Ministério Público.

29) A ação penal pública pode ser:
a) promovida pelo Ministério Público.
b) promovida somente pelo ofendido ou por seu representante legal.
c) instaurada por portaria da autoridade policial.
d) instaurada de ofício pelo juiz.

30) O inquérito policial:
a) não pode correr em sigilo, devendo ser submetido à publicidade que rege o processo penal.
b) não pode ser instaurado por requisição do Ministério Público.
c) não pode ser arquivado pela autoridade policial, mesmo se forem insuficientes as provas da autoria do delito.
d) é um procedimento que, pela sua natureza, não permite ao indiciado requerer qualquer diligência.

31) A suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da Lei nº 9.099/95:
a) pode ocorrer antes do oferecimento da denúncia.
b) prescinde de manifestação do Defensor do acusado acerca de sua aceitação ou não.
c) é cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

d) é cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidos ou não pela Lei nº 9.099/95.

32) O inquérito policial não poderá ser arquivado se:
a) o fato for atípico.
b) houver coisa julgada.
c) extinta a punibilidade do agente.
d) existirem apenas provas razoáveis acerca da autoria e da materialidade do fato típico penal.

33) Da decisão que rejeitar a denúncia oferecida nos termos do artigo 77 da Lei no 9.099/95, caberá:
a) apelação, no prazo de dez dias.
b) apelação, no prazo de cinco dias.
c) recurso em sentido estrito, no prazo de quinze dias.
d) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.

34) Com relação ao crime e aos seus elementos, marque a assertiva incorreta.
a) A imputabilidade penal é um dos elementos que constituem a culpabilidade e não integra a tipicidade.
b) O exaurimento de um crime pressupõe a ocorrência de sua consumação.
c) A coação física irresistível afasta a tipicidade, excluindo o crime.
d) O erro de tipo exclui a tipicidade penal.

35) Não é circunstância agravante obrigatória, prevista no Código Penal Brasileiro, ter o agente cometido o crime:
a) contra cônjuge.
b) em ocasião de desgraça particular do ofendido.
c) contra adolescente.
d) prevalecendo-se de relações domésticas.

36) O policial federal que se apropria de quantia em dinheiro encontrada em poder de traficante preso em flagrante, produto da venda de drogas,
a) comete crime de corrupção passiva.
b) não comete crime contra a administração pública.
c) comete crime de peculato culposo.
d) comete crime de peculato doloso.

37) Fátima retém a contribuição social dos seus empregados Celso e Gabriel a título de envio posterior dos referidos valores ao INSS. Entretanto, deixa de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes no prazo legal. Sobre a conduta de Fátima, é possível afirmar que:
a) a conduta é crime previsto no Código Penal Brasileiro.
b) há crime contra a Previdência Social sem que haja apenamento previsto em lei.
c) não é possível a extinção da punibilidade, se ela confessar e efetuar o pagamento antes do início da ação fiscal.
d) a sua conduta só está sujeita ao pagamento de multa administrativa.

38) Com relação à aplicação da lei penal, é incorreto afirmar:
a) a *lex mitior* é inaplicável à sentença condenatória que se encontra em fase de execução.
b) a *abolitio criminis* faz desaparecer todos os efeitos penais, inclusive quanto àqueles relativos aos fatos definitivamente julgados.
c) a *novatio legis* incriminadora aplica-se a fatos posteriores à sua vigência.
d) a lei excepcional, embora cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

39) Assinale a opção incorreta a respeito das hipóteses de extinção da punibilidade.
a) Pela denúncia.
b) Pela prescrição.
c) Pela perempção.
d) Pela decadência.

40) A respeito das citações, considere:
I. Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, a citação far-se-á por edital, com prazo de cinco dias.
II. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, será decretada a sua revelia e o processo prosseguirá normalmente com a designação de defensor dativo.
III. Quando incerta a pessoa que tiver de ser citada, a citação será feita por edital com prazo de 30 dias.
Está correto o que consta somente em
a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) II.

Questões Discursivas

1ª Questão: Disserte sobre o controle de constitucionalidade do Direito Brasileiro (máximo de 30 linhas).

2ª Questão: Disserte sobre a atuação do Ministério Público na defesa do meio ambiente (máximo de 30 linhas).